



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026**

Objeto	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE OCULOS DE GRAU COMPLETO, ATRAVÉS DE CREDENCIAMENTO AOS PACIENTES ATENDIDOS PELO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS DO MUNICIPIO DE MARIANA
Período do credenciamento	Início 26/05/2026 até o dia 26/05/2027
Local para o credenciamento:	<p>Sistema eletrônico utilizado: AMM LICITA, disponível no endereço https://ammlicita.org.br/</p> <p>Consulta ao edital e divulgação de informações: os procedimentos deste pregão serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, conforme regulamento disponibilizado no portal do AMM LICITA, no endereço eletrônico https://ammlicita.org.br/, nos termos da lei federal 14.133/2021</p> <p>Coordenação do processo: Departamento de Compras e licitações – Setor de Licitações– Praça JK, s/n, Centro Mariana MG (31)3557 9055 E-mail: licitacaoprefeiturademariana@gmail.com</p> <p>Referência de tempo: para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).</p>



PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026

PREÂMBULO

O Município de Mariana, inscrito no CNPJ sob o nº. **18.295.303/0001-44** nos termos do art.78 inciso I da lei 14.133/2021 e suas modificações posteriores, e do art.3º I) do Decreto Municipal nº 11.722/2024, torna público que receberá, durante o período de **26/05/2026 à 26/05/2027 de forma eletrônica**, propostas para o **CREDENCIAMENTO Nº. 002/2026, Inexigibilidade 074/2026 PRC:103/2026**.

O presente edital se trata de modelo padrão adotado pelo Município de Mariana –MG para todos os procedimentos de CREDENCIAMENTO na forma **ELETRÔNICA**. As regras do presente edital devem seguir o previsto neste instrumento e, especialmente, o termo de referência constante do anexo I. Em diversas partes do presente edital há referências diretas há itens e regras constantes do termo de referência.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O Credenciamento será realizado, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos da portaria 006/2025:

Comissão de Contratação: **Gustavo Grijó dos Santos Augusto**

Gislaine Fernanda da Silva

Michelle de Pádua Aneli da Silva

Marcelle Roberto Soares

Jakcele Nunes de Oliveira

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pela Comissão de Contratação ou Agente de Contratação regularmente designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “AMM LICITA”, constante da página eletrônica <https://ammlicita.org.br/>.

1.3 – Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e em todo o processo.

2 – DO OBJETO E FINALIDADE

2.1- Constitui objeto deste processo:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contratação de empresa para fornecimento de óculos de grau completo, através de credenciamento aos pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde-SUS do Município de Mariana

2.2 FINALIDADE:

O presente credenciamento tem por finalidade o atendimento às demandas da(s) Secretaria(s) requisitante(s) desta contratação, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico preliminar e Termo de Referência, anexo I deste edital.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar deste credenciamento interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não na prefeitura municipal de Mariana MG, como fornecedor/prestador de serviços, que atendam às exigências constantes deste edital e respectivo termo de referência (anexo I), mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico AMM LICITA. devendo o interessado, ou seu representante, comprovar a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

3.2 – Não poderá participar desta licitação o interessado que:

- a) Esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou processo de dissolução ou liquidação; Será permitida a participação de interessados em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo juízo falimentar e/ou plano de recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar do procedimento licitatório;
- b) Não atenda às condições deste edital, seu termo de referência e anexos;
- c) Tenha sido declarada inidônea ou que tenha sido impedida de licitar ou contratar com quaisquer órgãos da administração pública;
- d) Agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante;
- e) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- f) Tenha objeto social incompatível com o objeto desta licitação;
- g) Esteja proibido de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- h) Interessados que estejam reunidas em consórcio e sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, ou ainda, quaisquer que sejam sua forma de conglomeração, pois o objeto não é de grande vulto ou complexo que justifique tal possibilidade.
- i) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- j) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

k) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

l) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.

3.2.1 – Com a finalidade comprobatória destas condições, o licitante deverá anexar declaração própria ao sistema eletrônico, conforme modelo do anexo II deste edital.

3.3 – A empresa contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS, INTERESSADOS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS:

3.4 – No presente certame, em cumprimento da lei complementar 123/06, as microempresas interessadas serão identificadas pela sigla ME e as empresas de pequeno porte como EPP, empregando-se a sigla MPE para se referir a ambas genericamente.

3.5 – As empresas que se enquadrem como MPE deverão comprovar essa condição mediante declaração (anexo III) de que assim se enquadram, nos termos do art. 3º da lei complementar 123/06, com o escopo de indicar que estão aptas a fruírem dos benefícios e vantagens instituídos em lei a favor destas categorias.

3.5.1 – A não comprovação do enquadramento fiscal importará na impossibilidade de requerimento do tratamento diferenciado assegurado pela lei complementar 123/06.

3.6 – Será concedido tratamento favorecido para as MPES, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da lei federal 11.488/07, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da lei complementar 123/06.

3.7 Nos termos do artigo 4º da lei 14.133/2021, os benefícios previstos nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, aplicáveis às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte não serão concedidos quando o valor estimado do item, na aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, for superior ao limite de receita bruta anual permitido para enquadramento como empresa de pequeno porte, bem como nas contratações de obras e serviços de engenharia cujo valor estimado ultrapasse o mesmo limite.

3.8 A obtenção de benefícios a que se refere o caput do artigo 4º da lei 14.133/2021 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a administração pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



4 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do credenciamento deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto à plataforma AMM LICITA.

4.2 – Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.2.1 – É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

4.3 – Os interessados se responsabilizam exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, da Comissão de Contratação/Agente de Contratação e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 – Em se tratando de MPE, nos termos da lei complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no capítulo V da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como MPE.

4.5 – A participação no credenciamento eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.5.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: <https://ammlicita.org.br/>, na parte “acessar”.

4.6 – O interessado declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital mediante o encaminhamento da proposta.

4.7 – O interessado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo à AMM LICITA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o interessado às sanções previstas neste edital.

4.9 – Caberá ao interessado acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Credenciamento ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de



negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.10 – O interessado deverá comunicar imediatamente à AMM LICITA (provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.11 – **Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico do AMM LICITA, através dos canais disponibilizados pela plataforma ou pelo telefone (31) 3191-7001.**

5 – DA APRESENTAÇÃO DA CARTA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, bem como **a carta de Adesão (anexo I deste edital)**, até a data e o horário de validade estabelecidos para se credenciar.

5.1.1- A postagem no AMM LICITA é obrigatória, não sendo admitido encaminhamento por e-mail ou qualquer outro meio, inclusive não serão aceitos links de acesso como comprovação de atendimento dos documentos exigidos neste processo.

5.2 – O envio dos documentos de habilitação exigidos neste edital e o preenchimento da proposta (Carta de Adesão) ocorrerá por meio de chave de acesso e senha intransferível.

5.2.1- Durante o cadastro da proposta o interessado poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.

5.2.1 – As MPES deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da lei complementar 123/06.

5.3 - Somente serão CREDENCIADOS os interessados que apresentarem a documentação exigida conforme edital.

5.4 - Os documentos que compõem a habilitação do interessado que for CREDENCIADO serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Contratação e para acesso público.

5.5 - Em caso de apresentação de documentos faltantes o município poderá solicitar ao interessado a apresentação dos mesmos, estabelecendo prazos para isso. A não apresentação dos documentos solicitados dentro do prazo estipulado, acarretará na inabilitação do interessado.

5.6 Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo interessado no prazo, de mínimo 24 (vinte e quatro) horas, ou outro definido pela Comissão de contratação sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado este prazo.

5.6.1- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

5.6.2- Nestes casos, o interessado deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, ou outro definido pela Comissão de contratação, contados da data da solicitação da comissão, via sistema.

5.6.3- Se a empresa for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a empresa for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

5.6.4 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizações pelos respectivos consulados ou embaixadas.

5.6.5- Não será habilitado/credenciado o interessado que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

5.6- Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a vigência do credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens e/ou informações bem como alterações emitidas pelo sistema.

5.6.1- Todas as comunicações referentes ao credenciamento serão pela plataforma da AMM Licita.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - Por se tratar de um credenciamento com modo de seleção paralela e não excludente, deverá o interessado, no campo quantitativo, manter os quantitativos estabelecidos pela administração municipal.

6.2 - No termo de contrato a ser gerado constará apenas os valores dos serviços, sendo que a distribuição será realizada conforme a demanda do município, de forma igualitária e considerando o princípio da isonomia entre todos credenciados.

6.2.1- A convocação dos credenciados para a execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração, mediante sistema de distribuição equitativa, assegurada a observância dos princípios da isonomia, impessoalidade e da rotatividade entre todos os credenciados aptos.

6.3 - Após realizar o cadastro na plataforma o interessado poderá escolher em quais itens deseja se credenciar.

6.4 - Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com a Licitar Digital (AMM Licita)

6.5 - Os interessados devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

6.6 - No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deverá ser considerado o descritivo do Edital.

6.7 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, contados da apresentação.

6.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o interessado o compromisso de executar o objeto nos seus termos.

6.9 – Os interessados devem respeitar, quando houver, os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas, cujo descumprimento pode ensejar a fiscalização do tribunal de contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Para fins de habilitação no credenciamento, as interessadas terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

7.2 -HABILITAÇÃO JURIDICA

a) Registro comercial no caso de firma individual;

b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou

c) Comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício; ou

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.3 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do cartão do **CNPJ**, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;

b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) Prova de Regularidade Fiscal para com a **Fazenda Pública Estadual**;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**), **demonstrando** situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da **CNDT**;

7.4-HABILITAÇÃO TÉCNICA

Para fins de qualificação técnica, os interessados deverão apresentar a documentação constante a seguir:

- a) No mínimo 01(um) atestado (s) de Capacidade Técnica, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante desempenhado serviços iguais, similares ou superiores ao objeto do presente credenciamento, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ.
- b) Alvará Sanitário vigente. Em caso de dispensa de Alvará Sanitário, o documento com a dispensa deverá ser apresentado.

7.5-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

a.1-Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar do procedimento licitatório.

7.6 DECLARAÇÕES CONJUNTA

7.6.1. Declaração conjunta (conforme modelo do anexo II);

7.6.2. Declaração de enquadramento fiscal (conforme modelo do anexo III);

7.6.3. Declarações de Responsabilidade, Conhecimento e Mão-de-obra de Menores, reserva de cargos e declaração de autenticidade dos documentos enviados, conforme anexo IV.

7.7 CARTA DE ADESÃO

7.7.1 Carta de adesão (anexo I do edital) com os itens que a empresa deseja se credenciar. As interessadas poderão se credenciar em todos os itens ou apenas naqueles de seu interesse.



8.DA EXECUÇÃO, CONTROLE E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

8.1 O CREDENCIADO deverá atender à(s) Secretaria(s) conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.1 O presente credenciamento não obriga a Administração Pública a Contratar, sendo mera expectativa quanto as quantidades que será distribuída de acordo com o número de credenciados e conforme as necessidades da administração.

8.2 A execução do serviço deverá ser feito de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) requisitante(s).

8.3 O credenciado(a) deverá cumprir integralmente o objeto do presente Termo de Referência e do Edital.

8.4 O credenciado(a) deverá executar o objeto com as disposições do Termo de Referência, do Edital e seus Anexos;

8.5 O credenciado(a) deverá colocar à disposição do Contratante o número de funcionários e necessários à plena execução do objeto, a fim de que os mesmos sejam desenvolvidos de acordo com as condições ajustadas constantes deste Termo de Referência e a Minuta do Contrato;

8.6 O credenciado (a) deverá fornecer os itens ou prestar os serviços com a qualidade e dentro dos prazos exigidos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

8.7 O credenciado(a) deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados;

8.8 O credenciado (a) deverá cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

8.9 O credenciado (a) deverá manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.10 Os demais direitos e obrigações das partes será objeto de Contrato de prestação de serviço, na forma da minuta do contrato que faz parte deste Edital – ANEXO V

8.11 O quantitativo do serviço será dividido pela(s) Secretaria(s) solicitante(s), entre os números de credenciados, dando assim, oportunidades para todos os participantes declarados habilitados.

8.12 A interessada poderá se credenciar em todos os itens ou apenas naquele de seu interesse.

9 – DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO

9.1 Os interessados, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.2 A contratação somente se efetivará após o cumprimento dos critérios estabelecidos neste EDITAL DE CREDENCIAMENTO, definidos pela Prefeitura.

9.3 Será considerada habilitada o interessado que apresentar toda a documentação em conformidade com o item 7 do presente edital.

9.4 A distribuição da demanda que surgir durante o período de vigência do presente credenciamento será realizada da seguinte forma:

1-A divisão da demanda respeitará a proporcionalidade igualitária e o princípio da isonomia entre todos os participantes;

2-Não poderá haver distribuição à beneficiar um credenciado em detrimento de outro, no caso de características iguais entre ambas as empresas, devendo ser realizada a rotatividade na distribuição entre os Fornecedores Credenciados;

9.5 DO RODÍZIO

9.5.1. Os interessados poderão se credenciar EM TODOS os itens do anexo I ou naqueles de seu interesse, conforme condições de habilitação do edital, sendo registrada em lista de credenciados, por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente respeitada nas solicitações de compras e sua devida aprovação, oferecendo os valores definidos no Termo de Referência e edital.

9.5.2. A ordem cronológica seguirá a ordem de inscrição dos interessados no chamamento público/credenciamento.

9.5.3. Na solicitação de compras para o fornecimento do objeto ou prestação de serviço, a unidade requisitante deverá verificar quais interessados estão habilitados nos itens específicos, devendo respeitar a ordem cronológica dos interessados habilitados, sendo o objeto distribuído entre os credenciados.

9. 5.4. A Secretaria requisitante deverá manter controle sobre as solicitações de compras, fornecimento e controle de saldo, conforme lista de credenciados.

9.5.5. As ordens de compras devem ser emitidas conforme orçamento aprovado e autorizado mediante emissão de nota de empenho, pela secretaria/unidade responsável, respeitando o rodízio de credenciados em cada item.

9.5.6. O rodízio deve respeitar a ordem de credenciamento, passando as solicitações e ordens de compras, solicitadas e emitidas sempre para o primeiro interessado habilitado e credenciado seguinte ao último credenciamento aprovado e autorizado.

9.5.7 Caso o interessado credenciado (a) por qualquer razão, não aceitar a solicitação de compras, deve a Secretaria requisitante por responsável designado, anotar a ocorrência no controle de rodízio.

9.5.8. Havendo 03 (três) negativas de atendimento à solicitação de compras pela credenciado (a), a Secretaria deve apresentar relatório solicitando a rescisão do credenciamento, cabendo a notificação ao credenciado para apresentação de contraditório e ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

9.5.9. Na hipótese de o credenciado(a), convocado conforme a ordem de rodízio, não realizar o fornecimento/prestação de serviço solicitado, a unidade/secretaria demandante deverá convocar o próximo credenciado (a), observada a ordem cronológica, e assim sucessivamente, até o atendimento da necessidade.

9.5.9.1 É permitida a exceção à regra do rodízio em situações excepcionais devidamente justificadas pelo Ordenador de Despesas da Secretaria requisitante, mediante despacho fundamentado nos autos do processo de contratação. A exceção deverá ser motivada por razões operacionais, de logística, emergência, indisponibilidade regional ou outro fator que, devidamente comprovado, torne inviável a aplicação da regra geral.

9.5.10. Poderão se credenciar todos os interessados que atendam às condições de habilitação e demais requisitos previstos neste edital, permanecendo o credenciamento aberto para novos interessados pelo prazo de 3 (três) meses ou enquanto houver saldo do objeto deste credenciamento.

9.6 Os quantitativos estimados neste chamamento têm como base as demandas do Município, não constituindo, entretanto, **garantia de fornecimento ou de contratação mínima em favor dos credenciados.**

9.7 O quantitativo previsto neste Edital é meramente estimativo, representando apenas o que a Prefeitura considera que poderá surgir de demanda real no período de 12 (doze) meses, podendo a administração municipal requisitar os serviços em quantidade inferior ao estabelecido nas Planilhas constantes dos Anexos ao Edital, de acordo com a demanda da prefeitura

10 – DO QUANTITATIVO E VALOR - FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dos quantitativos e valores:

10.1 Os serviços deverão ser executados mediante solicitação da(s) Secretaria(s) requisitante após assinatura do contrato de adesão.

forma eficiente, evitando descontinuidade no atendimento aos usuários do SUS.

Itens	Unidade	Quantidade	Descrição
Lote 01	Unidades	900	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1800	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 02	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 03	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau Fotosensíveis e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 04	Unidades	800	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1600	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00
Lote 05	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -3,5 a + 4,00. Com



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Cilíndrico até - 3,00
Lote 06	Unidades	30	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	60	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 07	Unidades	600	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1200	Lentes Sufarçada Alto índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com confeccionadas em Policarbonato especial (devem possuir ultraproteção UV). Para cilíndricos superiores a -4
Lote 08	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com Fotosensíveis confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 09	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: + 6,00 a - 6,00. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 10	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			(masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 11	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Resina Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 2,00 a + 2,00. Com Cilíndrico até - 2,00
Lote 12	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Super Hidrofóbica: Filtro azul auto índice. Esférico a partir de + 5,5 com cilíndrico a partir de - 6.
Lote 13	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Surfaçada: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00
Lote 14	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal Alto Índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau sem tratamento antirreflexo confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV). Esférico: + 8,00 ou - 12,00. Com Cilíndrico até - 6,00
Lote 15	Unidades	25	Armações



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 16	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 17	Unidades	1300	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	2600	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 18	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina Fotossensíveis de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 19	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 20	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 21	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 22	Unidades	300	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	600	Lente Multifocal Surfaçada: Lentes confeccionadas em Resina com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00

10.2 DO PAGAMENTO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10.2 Os serviços serão prestados mediante requisições e autorização expressa da(s) Secretaria(s) requisitante(s).

10.3 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao fornecimento ou à prestação do serviço, devidamente atestado por servidor responsável designado pela contratante, mediante crédito em conta corrente da contratada, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura original.

10.3.1 Na Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes informações: nome do banco, número e nome da agência e número da conta corrente da contratada.

10.3.2 Considera-se como data do pagamento o dia do efetivo depósito em conta, com a correspondente emissão da ordem bancária.

10.3.3 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada adote as medidas necessárias à regularização, não cabendo qualquer correção do valor pactuado.

10.3.4 Na hipótese de atraso no pagamento, desde que não se enquadre na situação prevista no item 3.1.3, incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 1.062 e 1.063 do Código Civil Brasileiro.

10.3.5 As Notas Fiscais/Faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria requisitante e acompanhadas dos relatórios exigidos.

10.3.7 As empresas contratadas estarão sujeitas à avaliação do atendimento pela Secretaria requisitante ou por terceiros designados, inclusive quanto à qualidade dos serviços prestados e ao cumprimento das obrigações contratuais. Em caso de irregularidade, poderá ser promovida a rescisão do contrato, com redistribuição do saldo entre as demais credenciadas.

DADOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.4 As despesas decorrentes da presente licitação, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2026, devendo ser consignada dotação de mesma natureza e categoria econômica, no orçamento do(s) próximo(s) exercício(s) para continuação do Contrato, em caso de necessidade de prorrogação:

070110 122 2 433 339032 1708 Ficha 120

11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a decisão da administração sobre a habilitação, os interessados poderão, interpor recurso caso não concorde com a decisão sob pena de preclusão, nos termos **art.** 165, da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal 11.722/2024.

11.1.1 As razões recursais deverão ser encaminhadas exclusivamente pela plataforma eletrônica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

11.1.2 Não sendo de interesse do proponente(a) , esse poderá manifestar formalmente que não possui a intenção de recorrer da decisão. A manifestação deverá ser encaminhada exclusivamente pela plataforma eletrônica.

11.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será de 03(três) dias, iniciado na data de intimação da habilitação ou inabilitação ou da ata de julgamento;

11.2.1 O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

11.3 A apreciação do recurso dar-se-á em fase única.

11.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

11.6 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12- DA CONVOCAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO

12.1 Findado o prazo recursal, a Prefeitura convocará o interessado(a) habilitado (a), para assinar o contrato no prazo de até 10 (dez) dias uteis contados a partir da intimação;

12.1.1 O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificativa, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

12.2 O contrato de credenciamento será enviado ao credenciado através do e-mail, ou via correios sendo que, poderá o candidato devolver o contrato assinado:

12.2.1 Através de arquivo PDF, assinado eletronicamente nos termos de certificados ICPBrasil, conforme MP 2.200-2 de 2001; ou

12.2.2 Devolver o contrato assinado no formato físico, a ser entregue ou encaminhado para o Endereço da Prefeitura Municipal de Mariana, Praça JK, s/n° ,Centro -Mariana/MG CEP. 35.420-003 aos cuidados da Secretária de Planejamento, Fazenda e Governança aos cuidados da Coordenadoria de contratos.

12.3 O não atendimento à convocação para assinatura do contrato, no prazo previsto no subitem 12.1, representará a desistência da empresa com relação ao procedimento previsto neste Edital.

12.4 O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado no Diário Oficial do Município, através do site da Prefeitura: <https://mariana.mg.gov.br> e Portal da AMMLicita_



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

12.5 É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia da Prefeitura.

13. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO (A)

13.1 A Credenciada deverá cumprir integralmente as obrigações estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante deste Edital, independentemente de sua transcrição neste instrumento.

13.2 A execução do serviço deverá ser feita de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência e conforme a necessidade da Secretaria solicitante, além de :

13.3 Executar o objeto com as disposições deste , edital e seus anexos .

13.4 Colocar à disposição do Contratante o número de funcionários e equipamentos necessários à plena execução dos serviços acima aludidos, a fim de que os mesmos sejam desenvolvidos de acordo com as condições ajustadas constantes deste Termo de Referência e a Minuta do Contrato;

13.5 Fornecer os itens com a qualidade e dentro dos prazos exigidos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

13.6 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados;

13.7 Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;

13.8 Manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

13.9 Os demais direitos e obrigações das partes será objeto de Contrato de prestação de serviço, na forma da minuta do contrato que faz parte deste Edital – ANEXO V

13.10 Além das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e seus anexos, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

13.11 O quantitativo do serviço será dividido pela(s) Secretaria(s) solicitante(s), entre os números de credenciados, dando assim, oportunidades para todos os participantes declarados habilitados.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1 Credenciar funcionários devidamente para a manutenção dos contatos com a CONTRATADA.

14.2 Responsabilizar-se inteiramente pelo controle e emissão das autorizações de fornecimento.

14.3 Efetuar os pagamentos nos prazos e condições estipuladas no presente Edital.

14.4 Após a prestação do serviço, verificar se o mesmo encontra-se de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

14.5 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa prestadora do serviço, de acordo com os termos de sua proposta;

14.6 Emitir Autorização de Fornecimento ou execução de serviço, ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone, fax ou e-mail da emissão da mesma;

14.7 Acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço e ou entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

14.8 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

14.9 Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos/serviços.

14.10 Notificar a empresa fornecedora, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos/serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

14.11 O CONTRATANTE não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos/serviços, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

14.12 Além das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e seus anexos, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

15 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da lei federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

15.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

15.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidência de descumprimento de obrigação contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

15.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4º da Lei nº 14.133/21;

15.3 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

15.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

15.5. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao município de Mariana/MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo município, quando for o caso.

15.6. – O valor da multa poderá ser descontado na ocasião dos pagamentos, em favor do licitante credenciado, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

15.7– A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na lei 14.133/2021, nem a responsabilização do credenciado por eventuais perdas e danos causados à administração.

15.8 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, sendo que, em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à credenciada o contraditório e a ampla defesa. .

15.9 Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no termo de referência.

16. ÍNDICE DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

ÍNDICE DE REAJUSTE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.1 Por força das leis federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, e nos termos do § 3º do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado (10/12/2025) ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

16.2 Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

16.3 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

16.4 O Reajuste somente será aplicado a pedido do interessado mediante requerimento protocolado ao Departamento de documentação e arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO:

16.5 Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a credenciada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

a) Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

17- VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

17.1 VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

Os quantitativos estimados para contratação foram calculados com base na demanda previamente identificada, não implicando em obrigatoriedade de contratação integral por parte do Município. O presente credenciamento terá **vigência pelo prazo de 12 meses**, com fluxo contínuo de habilitação, podendo novos interessados se credenciar a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

O Município poderá encerrar o credenciamento a qualquer tempo, mediante decisão motivada ou por insuficiência de saldo.

17.2 VIGENCIA DO CONTRATO

17.2.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos do artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.2.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



17.2.3 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

18- DA FISCALIZAÇÃO

18.1- O presente contrato será acompanhado por servidor designado que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo.

A) - As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Mariana, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.

B) – A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor por terceiros indicados.

19- DO DESCRENCIAMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo, seja amigavelmente, judicialmente ou através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos termos do art. 104 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21, e do Decreto Municipal 11.722/2024 assegurado o contraditório e ampla defesa.

19.1 A Administração poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- a) pedido formalizado pelo credenciado
- b) perda das condições de habilitação do credenciado
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento

19.1.2 O pedido de descredenciamento de que trata a alínea a) do item 19.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

19.1.3 Nas hipóteses previstas nas alíneas b) e c) do item 19.1, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidades, na forma estabelecida na lei.



20– DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO CREDENCIAMENTO

20.1 – A administração poderá revogar a presente credenciamento ou parte dela por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos interessados quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1 O presente edital permanecerá aberto durante sua vigência, sendo admitida sua impugnação a qualquer tempo por qualquer interessado, devendo a Administração apreciar e responder no prazo razoável.

21.2 – A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, na plataforma AMM Licita ou pelo email: licitacaoprefeiturademariana@gmail.com.

21.2.1 – Caso a impugnação seja enviada de forma eletrônica conforme previsto no item acima, recomenda-se que a requerente faça contato telefônico para confirmar seu recebimento, pelo telefone (31)3557 9055.

21.3 – Caberá a comissão de contratação, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste edital, e seus anexos, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação apresentada.

21.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.4.1 A data para o recebimento da documentação e da proposta será mantida caso a modificação oriunda do acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

21.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este credenciamento deverão ser enviados (a), à Comissão de Contratação até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital ou pelo e-mail licitacaoprefeiturademariana@gmail.com

21.6 A Comissão de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Comissão de Contratação nos autos do processo de licitação.

21.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



22 – INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

22.1 – O interessado em participar deste credenciamento deverá fazer o seu credenciamento junto à plataforma AMM licita, podendo obter informações pela internet, no endereço <https://ammlicita.org.br/>.

22.2 – O interessado apto a participar do certame deverá confirmar durante o envio das propostas, em campo específico do sistema, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos neste edital.

22.3 – O interessado poderá obter, junto à AMM licita, toda e qualquer informação necessária para a sua participação no presente certame.

22.4 – Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do credenciamento deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto à plataforma AMM licita.

I) Os interessados à participação no presente credenciamento eletrônico deverão obter perante a AMM Licita, sem a possibilidade de inclusão do município de Mariana como responsável solidário ou subsidiário, chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis) para acesso à plataforma digital.

II) É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo de seu login e senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao AMM Licita ou a Comissão Julgadora a responsabilidade por eventuais danos decorrentes pelo uso incorreto da plataforma e o uso indevido de informações pessoais cadastrais e de acesso, ainda que por terceiros.

23 – DISPOSIÇÕES FINAIS

23.1 – O certame será conduzido por comissão de julgamento que, dentre outras, terá as seguintes atribuições:

- a) Abrir e conduzir a sessão pública;
- b) Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- c) Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- d) Coordenar a sessão pública
- e) Verificar e julgar as condições de habilitação;
- f) Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- g) Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
 - h) Indicar os credenciados do certame;
 - i) Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

23.2 – No julgamento das propostas e da habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

23.3 – É facultada a comissão de contratação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou habilitação.

23.4 – Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e documentações

23.5 - A apresentação de proposta obriga o licitante declarado credenciado ao cumprimento de todas as disposições contidas neste Edital e seus anexos.

23.6 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

23.7 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando tiver sido explicitamente disposto em contrário.

23.8 – Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Contratação de Contratação, por decisão fundamentada.

23.9 – O Credenciado não poderá ceder ou caucionar os direitos creditórios oriundos do contrato objeto desta licitação, em quaisquer operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência da administração municipal.

23.10 – Havendo divergência entre os termos do edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

23.11 – É vedada a subcontratação da totalidade do objeto principal desta licitação, exceto em caso de anuência formal da secretaria requisitante.

23.12 – O edital, planilhas, anexos, termo de referência e toda documentação da licitação são complementares entre si.

23.13– O presente credenciamento poderá ser revogado por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulado, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiro, sem que caiba aos interessados qualquer direito a reclamação ou indenização por esses fatos, de acordo com o art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021.

23.14– Qualquer medida judicial oriunda desta licitação será processada na comarca de Mariana/MG, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

23.15 – Constituem anexos do edital, dele fazendo parte:

- a) Anexo I – Carta de Adesão , Termo de Referência e seus anexos;
- b) Anexo II – Modelo de declaração conjunta sobre atendimento às condições de participação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- c) Anexo III – Modelo de declaração de enquadramento fiscal;
- d) Anexo IV – Modelos de declarações conjunta de Responsabilidade, Conhecimento e Mão-de-obra de Menores, reserva de cargos e declaração de autenticidade dos documentos enviados
- e) Anexo V – Minuta de Contrato

23.16– O desatendimento de exigências formais e não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões de sua proposta, não fira os princípios constitucionais e preserve o interesse público.

23.16.1- Não haverá prejuízo aos participantes que não forem credenciados, considerando que a qualquer tempo, os interessados poderão apresentar novamente as suas documentações para se credenciar, isso, obviamente enquanto a administração mantiver interesse na contratação do serviço pelo sistema de credenciamento ou até o período de encerramento credenciamento previsto no edital.

23.17- É permitida a assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

23.18- Não haverá pagamento antecipado, parcial ou total, relativo a parcelas contratuais vinculadas ao presente objeto desta contratação.

23.19– O presente edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo aos interessados(a) acompanhar, por meio do sítio eletrônico da prefeitura municipal de Mariana MG, todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.

23.20– As normas que disciplinam este credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

23.21– Os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela administração municipal, observados os princípios basilares e demais normas contidas na lei 14.133/2021.

Mariana, 13 de maio de 2026.

Marilene Romão Gonçalves
Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026

ANEXO I- CARTA DE ADESÃO

Mariana __ de ____ de 2026

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

Prezados Senhores:

Conforme Edital de Convocação para o procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO em epígrafe declaro aceitar todos os seus termos e, apresentamo-lhes nosso pedido de CREDENCIAMENTO para a celebração do contrato de adesão através de Credenciamento de leiloeiros oficiais, pessoas físicas ou jurídicas, devidamente habilitados na forma da legislação aplicável, para prestação de serviços de organização, condução e realização de leilões públicos à alienação de bens móveis e imóveis do Município.

Reafirmamos aceitar o valor de:

Itens	Unidade	Quantidade	Descrição	Valor uni.	Valor total
Lote 01	Unidades	900	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$126.504,00
	Unidades	1800	Lente comum: Visão simples/para perto e longe.	R\$87,3400	R\$157.212,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00</p>		
LOTE 1					R\$283.716,00
Lote 02	Unidades	25	<p>Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).</p>	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	<p>Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00</p>	R\$102,18	R\$5.109,00
LOTE 2					R\$8.623,00
Lote 03	Unidades	25	<p>Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal</p>	R\$140,56	R\$3.514,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).		
	Unidades	50	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau Fotossensíveis e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00	R\$119,62	R\$5.981,00
LOTE 3					R\$9.495,00
Lote 04	Unidades	800	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$112.448,00
	Unidades	1600	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: -3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00	R\$116.72,00	R\$186.752,00
LOTE 4					R\$299.200,00
Lote	Unidades	25	Armações Material da	R\$140.56	R\$3.514,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

05			Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).		
	Unidades	50	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: -3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00	R\$286,24	R\$14.312,00
LOTE 5					R\$17.826,00
Lote 06	Unidades	30	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$4.216,00
	Unidades	60	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e	R\$145,44	R\$8.726,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00		
LOTE 6					R\$12.943,00
Lote 07	Unidades	600	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$139.21,00	R\$83.526,00
	Unidades	1200	Lentes Sufarçada Alto índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com confeccionadas em Policarbonato especial (devem possuir ultraproteção UV). Para cilíndricos superiores a -4	R\$132,29	R\$158.748,00
LOTE 7					R\$242.274,00
Lote 08	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com Fotossensíveis confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00	R\$175,68	R\$8.784,00
LOTE 8					R\$12.298,00
Lote 09	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: + 6,00 a - 6,00. Com Cilíndrico até - 4,00	R\$168,24	R\$8.412,00
LOTE 9					R\$11.926,00
Lote 10	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal	R\$140,56	R\$3.514,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).		
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: - 5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00	R\$180,94	R\$9.047,00
LOTE 10					R\$12.561,00
Lote 11	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Resina Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti-risco obrigatório). Esférico: - 2,00 a + 2,00. Com Cilíndrico	R\$124,86	R\$6.243,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			até - 2,00		
LOTE 11					R\$9.757,00
Lote 12	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Super Hidrofóbica: Filtro azul auto índice. Esférico a partir de + 5,5 com cilíndrico a partir de - 6.	R\$185,91	R\$9.295,50
LOTE 12					R\$12.809,50
Lote 13	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Surfada: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00	R\$151,32	R\$7.566,00
LOTE 13					R\$11.080,00
Lote 14	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal	R\$140,56	R\$3.514,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).		
	Unidades	50	Lente Multifocal Alto Índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau sem tratamento antirreflexo confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV). Esférico: + 8,00 ou - 12,00. Com Cilíndrico até - 6,00	R\$158,59	R\$7.929,50
LOTE 14					R\$11.443,50
Lote 15	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00	R\$191,16	R\$9.558,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Adição: de 1,00 até 3,00		
LOTE 15					R\$13.072,00
Lote 16	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00	R\$183,72	R\$9.186,00
LOTE 16					R\$12.700,00
Lote 17	Unidades	1300	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$140,56	R\$182,728
	Unidades	2600	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina com anti- reflexo de modo a oferecer uma visão	R\$181,49	R\$471.874,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			<p>ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00</p>		
LOTE 17					R\$654.602,00
Lote 18	Unidades	25	<p>Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).</p>	R\$140,56	R\$3.514,00
	Unidades	50	<p>Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina Fotossensíveis de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00</p>	R\$209,91	R\$10.495,50
LOTE 18					R\$14.009,50
Lote 19	Unidades	25	<p>Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada</p>	R\$150,19	R\$3.754,75



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			pessoa (masculina, feminina e infantil).		
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a - 8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00	R\$319,24	R\$15.962,00
LOTE 19					R\$19.716,75
Lote 20	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$192,00	R\$4.800,00
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a - 8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00	R\$245,00	R\$12.250,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LOTE 20					R\$17.250,00
Lote 21	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$111,33	R\$2.783,25
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a - 8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00	R\$220,00	R\$11.000,00
LOTE 21					R\$13.783,25
Lote 22	Unidades	300	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).	R\$111,33	R\$33.399,00
	Unidades	600	Lente Multifocal Surfaçada: Lentes confeccionadas em Resina com anti- reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para	R\$274,17	R\$164.502,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00		
TOTAL 22					R\$197.901,00

VALOR TOTAL DOS LOTES: R\$1.898.786,70(Um milhão oitocentos e noventa e oito mil, setecentos e oitenta e seis reais e setenta centavos).

Prazo de validade da Proposta(...) ..(NÃO INFERIOR A 90 DIAS)

Nome do Responsável Legal da Contratada:

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

.....

Assinatura do Responsável Legal CPF :

Informações necessárias:

NOME DA EMPRESA: ..

ENDEREÇO:

CNPJ:

INSC. EST.:

FONE/E-MAIL :

DADOS BANCARIOS DA EMPRESA

OBS: A interessada poderá se credenciar em todos os itens ou apenas naquele de seu interesse



TERMO DE REFERÊNCIA

1- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

1.1-OBJETO

Tem por objeto a contratação, por meio de credenciamento, de empresas interessadas na celebração de contrato de adesão para o fornecimento de óculos de grau completos, compreendendo pares de lentes e armação, destinados aos pacientes com comprometimento visual atendidos nas consultas oftalmológicas realizadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

1.2- DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

- 1) Trata-se de uma compra através de Licitação em conformidade com o Art. 74, inciso IV da Lei 14.133/2021, que dispõe do credenciamento como procedimento para contratação de todos os interessados que preencham os requisitos
- 2) Conforme dispõe o art. 23º da CF/1988, atribui-se também ao Município a responsabilidade de cuidar da saúde da população.

1.3- VEDAÇÃO A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Nos termos do art. 40, V, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se a vedação à participação de empresas em consórcio em razão da simplicidade do objeto que não envolve tecnologia sofisticada, infraestrutura complexa ou execução conjunta de múltiplas competências técnicas que justifiquem a atuação consorciada.

2- JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresas interessadas na celebração de contrato de adesão, por meio de credenciamento, para o fornecimento de óculos de grau completos (lentes e armação), justifica-se pela necessidade de assegurar o acesso dos pacientes com comprometimento visual ao uso de correção óptica, conforme prescrição médica oriunda das consultas oftalmológicas oferecidas pela Secretaria Municipal de Saúde.

A disponibilização de óculos de grau constitui uma ação essencial de promoção e recuperação da saúde ocular, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, desempenho escolar e laboral dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). O fornecimento desse benefício é parte integrante da política pública de atenção oftalmológica, voltada à redução de deficiências visuais evitáveis e à ampliação do acesso à assistência especializada.

A contratação visa suprir a demanda dos grupos prioritários, conforme a Portaria normativa Interministerial Ministério da Educação – MEC/MS Nº 15, de Abril de 2007 – Projeto Olhar Brasil) e Portaria MS nº 254, de Julho de 2009), que prevê a concessão de óculos com armação e lentes corretivas para os pacientes atendidos na especialidade oftalmologia no Centro de Especialidade de Saúde do Município.

O credenciamento se apresenta como o instrumento mais adequado para essa finalidade, tendo em vista a natureza contínua e individualizada da demanda, que depende de avaliação médica e da escolha do paciente quanto às especificações ópticas e estéticas dos óculos. Tal modalidade permite que múltiplas empresas habilitadas prestem o serviço simultaneamente, garantindo maior cobertura, qualidade e agilidade no atendimento da população

Além disso, a contratação por credenciamento assegura eficiência administrativa, ampla



concorrência entre fornecedores e transparência no uso dos recursos públicos, atendendo aos princípios da economicidade e da impessoalidade.

3- ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO:

Para elaboração da presente estimativa, foram considerados os levantamentos praticados no processo anterior de fornecimento de óculos de grau completos, tomando como referência os quantitativos efetivamente utilizados e a demanda registrada pela Secretaria Municipal de Saúde.

Considerando a média de consultas oftalmológicas mensais e o percentual de prescrições de óculos emitidas, projeta-se uma demanda estimada de aproximadamente 4.330 (Quatro mil trezentos e trinta) pares de óculos de grau completos por ano, incluindo lentes e armações.

Os quantitativos cotados correspondem ao fornecimento dos óculos de grau por um período de 1 ano, com um acréscimo de 30% para compensar a volatilidade do Programa, considerando que os cadastros de inclusão são realizados diariamente e é necessária precaução para garantir o atendimento adequado a todos.

Cabe ressaltar que a metodologia de estimativa visa assegurar planejamento orçamentário adequado e dimensionamento do número de empresas credenciadas necessárias para atender a demanda de forma eficiente, evitando descontinuidade no atendimento aos usuários do SUS.

Itens	Unidade	Quantidade	Descrição
Lote 01	Unidades	900	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1800	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti- reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 02	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 03	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente comum: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau Fotosensíveis e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: +4,00 ou - 4,00. Cilíndrico até - 2,00
Lote 04	Unidades	800	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1600	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00
Lote 05	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Surfaçada Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00
Lote 06	Unidades	30	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	60	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Anti-reflexo e confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 07	Unidades	600	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	1200	Lentes Sufarçada Alto índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com confeccionadas em Policarbonato especial (devem possuir ultraproteção UV).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Para cilíndricos superiores a -4
Lote 08	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com Fotossensíveis confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: -5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 09	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau com tratamento Filtro azul confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: + 6,00 a - 6,00. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 10	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Policarbonato Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 5 a + 5,50. Com Cilíndrico até - 4,00
Lote 11	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Resina Simples: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 2,00 a + 2,00. Com Cilíndrico até - 2,00
Lote 12	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Super Hidrofóbica: Filtro azul auto índice. Esférico a partir de + 5,5 com cilíndrico a partir de - 6.
Lote 13	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Surfaçada: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau incolor confeccionadas em resina (devem possuir ultraproteção UV e tratamento anti- risco obrigatório). Esférico: - 3,5 a + 4,00. Com Cilíndrico até - 3,00
Lote 14	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal Alto Índice: Visão simples/para perto e longe. Lentes de Grau sem tratamento antirreflexo confeccionadas em policarbonato (devem possuir ultraproteção UV). Esférico: + 8,00 ou - 12,00. Com Cilíndrico até - 6,00
Lote 15	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 16	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 17	Unidades	1300	Armações



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

			Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	2600	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 18	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em resina Fotossensíveis de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 19	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 20	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato filtro azul de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou -4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
Lote 21	Unidades	25	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Lote 22			feminina e infantil).
	Unidades	50	Lente Multifocal: Lentes confeccionadas em Policarbonato incolor de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 4,00 a + 8,00 ou - 4,00 a -8,00. Cilíndrico até - 6,00 Adição: de 1,00 até 3,00
	Unidades	300	Armações Material da Armação: Metal ou Acetato Hastes: Metal ou acetato com metal Armações adequadas a cada pessoa (masculina, feminina e infantil).
	Unidades	600	Lente Multifocal Surfaçada: Lentes confeccionadas em Resina com anti-reflexo de modo a oferecer uma visão ininterrupta e contínua tanto para longe, quanto para uma distância intermediária e bem como para perto. Esférico: + 2,00 a - 2,00. Cilíndrico até - 4,00 Adição: de 1,00 até 3,00

4- CRITÉRIO PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

4.1. A distribuição da demanda entre os credenciados será realizada, por sistema de rodízio, sendo gerido pela Secretária de Saúde, conforme regras estabelecidas neste Termo de Referência e do edital. O objetivo é garantir tratamento isonômico entre os fornecedores habilitados, assegurando ampla participação e eficiência na prestação dos serviços.

4.2. Critérios e Procedimentos do Rodízio.

4.2.1. As empresas interessadas poderão se credenciar a um ou mais itens do item 3 deste Termo de Referência, desde que atendam integralmente às condições de habilitação estabelecidas neste documento e no edital.

4.2.2. Após o deferimento da habilitação, serão registradas em lista de credenciados por ordem cronológica, a qual deverá ser rigorosamente observada nas solicitações de fornecimento e nas respectivas ordens de compra, respeitando os valores fixados no edital.

4.2.3. A ordem cronológica será definida com base na data e horário da inscrição válida e completa no chamamento público, respeitado o momento em que a documentação estiver regular e aprovada.

4.2.4. A distribuição será feita de forma sequencial entre os credenciados, respeitando a ordem da lista. Cada nova solicitação será direcionada à empresa imediatamente subsequente à que atendeu a última demanda, reiniciando o ciclo após o atendimento do último credenciado da lista.



4.2.5. A Secretaria deverá manter registro atualizado do histórico de atendimento por fornecedor, permitindo controle do rodízio e comprovação da observância da isonomia entre os credenciados.

4.2.6. O controle do rodízio será realizado por meio de planilha, sistema eletrônico ou outro mecanismo que assegure a rastreabilidade e a transparência do processo.

4.2.7. Caso o fornecedor devidamente credenciado e convocado recuse ou não possa atender à solicitação, a Secretaria requisitante, por meio de servidor responsável designado, deverá registrar formalmente a recusa, justificando a movimentação da ordem para o próximo fornecedor da lista. A empresa que recusar a solicitação não perderá sua posição na lista, mas não participará do rodízio seguinte em relação àquela chamada específica.

4.2.8. É permitida a exceção à regra do rodízio em situações excepcionais devidamente justificadas pelo Ordenador de Despesas da Secretaria requisitante, mediante despacho fundamentado nos autos do processo de contratação. A exceção deverá ser motivada por razões operacionais, de logística, emergência, indisponibilidade regional ou outro fator que, devidamente comprovado, torne inviável a aplicação da regra geral.

4.1 FLUXO OPERACIONAL PARA ORDEM DE CONTRATAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA DEMANDA

A execução do objeto observará fluxo operacional padronizado, com vistas a garantir organização, rastreabilidade, isonomia entre os credenciados e eficiência no atendimento aos usuários, conforme descrito a seguir:

a) Emissão da Prescrição Médica: O paciente será atendido na rede municipal de saúde e, após avaliação por profissional oftalmologista, receberá a prescrição médica para correção visual.

b) Autorização da Secretaria de Saúde: A Secretaria Municipal de Saúde realizará a análise da prescrição e emitirá a autorização formal para fornecimento dos óculos, vinculando o paciente ao sistema de controle interno.

c) Distribuição da Demanda (Sistema de Rodízio): As autorizações e prescrições serão encaminhadas às empresas credenciadas por meio de sistema de rodízio, de forma sequencial e equitativa, garantindo igualdade de oportunidades entre os prestadores e evitando concentração de demanda.

d) Contato com o Paciente: Após o recebimento da autorização, a empresa credenciada deverá entrar em contato com o paciente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para agendamento do atendimento.

e) Atendimento e Escolha da Armação: O paciente será atendido no estabelecimento da credenciada, onde realizará a escolha da armação, conferência da prescrição e, se necessário, a coleta de medidas complementares.

f) Confeção e Montagem dos Óculos: A empresa será responsável pela confecção das lentes, montagem e ajustes dos óculos, conforme especificações da prescrição médica.

g) Entrega ao Paciente: Os óculos serão entregues diretamente ao paciente, mediante assinatura de termo de recebimento, que servirá como comprovação para fins de controle e pagamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

h) Atesto e Registro: A Secretaria Municipal de Saúde procederá ao atesto da execução, mediante conferência da documentação apresentada, incluindo autorização, prescrição e comprovante de entrega.

i) Pagamento: O pagamento será realizado por unidade efetivamente entregue e atestada, conforme valores previamente fixados no edital de credenciamento.

5- DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Para fins de habilitação no certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação dos seguintes documentos:

I-HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

II-HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br.

III-HABILITAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante desempenhado serviços iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ;

b) Alvará sanitário vigente ou documento de dispensa emitido pelo órgão responsável.

IV-QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.

Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar do



procedimento licitatório.

V-DECLARAÇÕES

- a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
- b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.
- c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

6- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1-CONDIÇÕES PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

A prestação dos serviços, entendida como o fornecimento dos insumos objeto deste Termo de Referência, deverá observar as seguintes condições operacionais e técnicas:

a) Local de Atendimento e Abrangência:

- As empresas credenciadas deverão dispor de estabelecimento físico próprio devidamente regularizado, localizado no município ou em local de fácil acesso aos pacientes encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- O atendimento deverá ocorrer em ambiente apropriado, com infraestrutura adequada, segurança, conforto e acessibilidade para todos os usuários, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

b) Atendimento aos Pacientes:

- O atendimento somente poderá ser realizado mediante apresentação da prescrição oftalmológica e autorização emitida pela Secretaria de Saúde;
- A empresa deverá garantir a orientação adequada aos pacientes quanto ao tipo de lente e armação, respeitando as especificações médicas e as preferências individuais;
- É vedada a cobrança de qualquer valor adicional aos pacientes, sob qualquer pretexto.

c) Padrões de Qualidade e Especificações Técnicas:

- Todos os óculos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados e fabricados conforme as normas técnicas da ABNT;
- As **lentes** deverão atender integralmente às especificações prescritas pelo médico oftalmologista;
- As **armações** deverão apresentar resistência, conforto e acabamento adequados, compatíveis com uso prolongado.

d) Prazos de Entrega e Substituição:

- O prazo máximo para entrega dos óculos será de até 20 (vinte) dias úteis após o recebimento da autorização e da prescrição médica;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Caso seja identificada não conformidade, defeito ou erro de montagem, o fornecedor deverá realizar a substituição imediata do produto, sem ônus à Administração ou ao paciente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação.

e) Controle, Fiscalização e Pagamento:

- A execução será acompanhada e fiscalizada por servidores designados pela Secretaria Municipal de Saúde, que verificarão a conformidade dos produtos e o cumprimento dos prazos;
- O pagamento será realizado por unidade de óculos entregue e atestada pela Secretária de Saúde, conforme valores fixados na tabela do edital, mediante apresentação da documentação comprobatória e recibo de entrega assinado pelo beneficiário.

f) Responsabilidade da Credenciada:

- Cumprir integralmente as condições contratuais e técnicas, observando a legislação aplicável e as orientações da Administração;
- Responder por eventuais danos materiais decorrentes da execução inadequada do serviço ou do fornecimento de produtos em desconformidade.

7-OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CREDENCIADA

7.1-A empresa credenciada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

7.2-Serão de inteira responsabilidade da empresa credenciada, as despesas diretas ou indiretas tais como: transporte, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários ou de classe, indenizações civis e qualquer outra que for devido a empregados no desempenho dos serviços de entrega do objeto deste Contrato, ficando ainda o Contratante, isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;

7.3-A empresa credenciada será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar ao contratante, ao meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;

7.4-Recolher todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições, estaduais e municipais, que incidam ou venham a incidir sobre o fornecimento dos produtos desta licitação e apresentar os respectivos comprovantes, quando solicitados pela Contratante;

7.5-A empresa credenciada deverá informar a Secretaria requisitante com antecedência de no mínimo 24 horas, caso não consiga atender a solicitação, por qualquer que seja o motivo, a fim de não prejudicar o bom andamento dos serviços;

7.6-Atender as solicitações da Secretaria, que porventura ocorram, quanto à substituição, troca ou reposição de produtos entregues em desacordo com as especificações pactuadas;

7.7-Assegurar ao Município direito de fiscalizar, sustar e/ou recusar os produtos que não estejam de acordo com as condições estabelecidas neste instrumento e no Edital, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização a exime das responsabilidades provenientes do Contrato;

7.8-Assumir todas as despesas decorrentes de substituição de quaisquer produtos recusados pela Secretaria, nos termos do Edital;

7.9-Manter todas as condições exigidas na fase de habilitação para a licitação;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- 7.10-Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da Contratante;
- 7.11-Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Contratante, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega dos produtos;
- 7.12-Comunicar a Secretaria, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos necessários;
- 7.13-Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da entrega dos produtos ou em conexão com ele, ainda que acontecido nas dependências da Contratante;
- 7.14-A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos no Termo de Referência e no contrato.
- 7.15-O serviço será prestado de forma parcelada, conforme as necessidades da Administração Municipal.

8- OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- 8.1-Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;
- 8.2-Após os serviços prestados, verificar se o mesmo encontra-se de maneira adequada ao disposto neste Termo de Referência;
- 8.3-Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;
- 8.4-Emitir Autorização de Fornecimento ou qualquer outro documento equivalente, com todas as informações necessárias, por intermédio do representante da administração designado, e comunicar à empresa por meio de telefone ou e-mail da emissão da mesma;
- 8.5-Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;
- 8.6-Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;
- 8.7-Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos;
- 8.8-Notificar a empresa fornecedora, por falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas cabíveis;
- 8.9-O Município não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

9- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1-As despesas decorrentes do contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.01.10.122.2433 339032 Fonte de Recurso 1708 Ficha 120

10- CONDIÇÕES DO PAGAMENTO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s) fiscal (is) correspondentes aos serviços prestados, acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

11-FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

11.1. As atividades alusivas ao objeto deste CONTRATO serão executadas pelo PROPONENTE sob a supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE que realizará o controle e fiscalização por meio da funcionária KELEM CRISTINA RAMOS DE FREITAS, inscrito no CPF sob 060.222.586-85, designada como GESTORA do instrumento.

11.2. A fiscalização desta contratação será realizada pelo Sr. LETÍCIA DA SILVA MOREIRA, inscrito no CPF sob o nº 083.918.366-65, designado como FISCAL

12-VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO E DO CONTRATO

O presente credenciamento e contrato terá vigência pelo prazo de 12 meses, com fluxo contínuo de habilitação, podendo novos interessados se credenciar a qualquer tempo, desde que atendam integralmente às condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

O Município poderá encerrar o credenciamento a qualquer tempo, mediante decisão motivada ou por insuficiência de saldo.'

13-GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica.

14-REAJUSTE

14.1. Por força das leis federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, e nos termos do § 3º do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

14.2. Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

14.3. A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

14.4. O Reajuste somente será aplicado a pedido do interessado mediante requerimento protocolado ao Departamento de documentação e arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

15-REEQUILIBRIO

15.1. Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a contratada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos



preços de forma imprevisível e inesperada.

15.2. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, ou, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o Contratado será convocado pela Contratante para alteração, por aditamento do contrato.

16-SANÇÕES

16.1 - Pela inexecução total ou parcial ou, ainda, infringência do art. 155 da lei federal 14.133/2021, o Município de Mariana MG poderá aplicar, as empresas credenciadas, às seguintes penalidades:

16.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

16.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidência de descumprimento de obrigação contratual;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

16.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4º da Lei nº 14.133/21;

16.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior;

16.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

16.5 - Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para manifestação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

16.6 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

16.7 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do código civil brasileiro.

16.8- As importâncias relativas a multas poderão, a critério do Município de Mariana MG, serem descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, conforme o caso, ser inscritas para constituir dívida ativa, na forma da lei.

17- DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O CREDENCIADO deverá atender às Secretarias conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

17.2 O presente credenciamento não obriga a Administração Pública a Contratar, sendo mera expectativa quanto as quantidades que será distribuída de acordo com o número de credenciados e conforme as necessidades das unidades requisitantes.

17.3A execução do serviço deverá ser feito de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) requisitante(s).

17.4 É vedada a subcontratação parcial ou total do objeto, sendo a execução integral de responsabilidade da empresa credenciada, salvo autorização expressa e formal da Administração, em casos excepcionais.

17.5 A empresa credenciada responderá civil, administrativa e criminalmente por quaisquer danos causados à Administração ou aos consumidores finais decorrentes de irregularidades no fornecimento dos itens contratados.

17.6 Município não se obriga a contratar o valor total da contratação, sendo a remuneração vinculada exclusivamente às demandas efetivamente solicitadas e entregues.

17.7 A empresa credenciada deverá manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência e no edital.

18- JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DO OBJETO

O objeto em questão fornecimento de óculos de grau completos, compreendendo lentes e armação, destinados a pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde será tratado de forma única e indivisível no contexto do credenciamento, não havendo necessidade de parcelamento do objeto.

A opção pela não divisão em lotes justifica-se pelos seguintes fundamentos técnicos e administrativos:

a) Indivisibilidade Funcional do Objeto: O fornecimento de óculos envolve a integração obrigatória entre as lentes corretivas e a armação, compondo um único produto final destinado ao paciente. A divisão entre lentes e armações poderia comprometer a padronização, a qualidade e a rastreabilidade do fornecimento, gerando risco de inconformidades entre prescrição, montagem e entrega do produto.



b) Padronização das Condições Contratuais: O credenciamento adotará valores unitários e condições contratuais padronizadas, aplicáveis a todos os credenciados, dessa forma, a separação do objeto em partes distintas não traria vantagem técnica ou econômica, visto que o modelo já permite ampla concorrência e igualdade de condições entre os participantes.

c) Eficiência Operacional e Controle Administrativo: A manutenção do objeto de forma única simplifica o processo de fiscalização, atesto e pagamento, concentrando a responsabilidade do fornecimento completo em um único prestador credenciado por entrega, o que reduz riscos administrativos e facilita o controle dos resultados.

d) Ampla Participação e Competitividade: Mesmo sem parcelamento, o credenciamento garante ampla participação de todas as empresas que atenderem aos requisitos técnicos e legais, permitindo que múltiplos fornecedores prestem o serviço simultaneamente, sem restrição de quantidade ou exclusividade.

Assim, o não parcelamento do objeto é a solução mais adequada para assegurar a eficiência operacional, a economicidade e a qualidade do fornecimento, sem prejuízo à competitividade e à transparência do processo.

19- LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS / PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para fornecimento dos óculos de grau completos será de até 20 (vinte) dias úteis, contados a partir da data de recebimento da prescrição e autorização pela empresa credenciada.

Nos casos de necessidade de ajustes, correções ou substituições decorrentes de erro de montagem, defeito ou incompatibilidade com a prescrição médica, a empresa deverá realizar a regularização no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus para a Administração ou para o paciente.

O fornecimento dos óculos de grau completos (lentes e armação) será realizado diretamente pelas empresas credenciadas em seus estabelecimentos físicos, devidamente regularizados e aptos ao atendimento ao público, localizados no município ou em região de fácil acesso aos usuários.

A Secretaria Municipal de Saúde adotará sistema de rodízio entre as empresas credenciadas, mediante o qual as prescrições oftalmológicas e autorizações de fornecimento serão encaminhadas sequencialmente às óticas, de forma equitativa, visando garantir isonomia entre os prestadores.

A entrega será considerada efetivada mediante retirada do produto pelo paciente no estabelecimento da credenciada, com assinatura de termo de recebimento, a ser utilizado para fins de controle e posterior pagamento.

20- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

A solução proposta consiste na contratação, por meio de credenciamento, de empresas especializadas no fornecimento de óculos de grau completos, compreendendo lentes corretivas e armações, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde que possuam prescrição oftalmológica válida, emitida por profissional habilitado.

O credenciamento será realizado nos termos do art. 79 da Lei nº 14.133/2021, permitindo a participação de todas as empresas que atendam às exigências estabelecidas no edital,



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

mediante contrato de adesão, sem caráter de exclusividade e com valores previamente definidos pela Administração, garantindo isonomia e transparência.

A solução contempla o fornecimento de:

- Lentes corretivas (monofocais, bifocais ou multifocais/progressivas), conforme prescrição;
- Armações em modelos diversos, adequadas a diferentes faixas etárias;
- Serviços de ajuste, adaptação e garantia dos produtos, incluindo substituição em caso de inconformidade.

O modelo adotado possibilita:

- Atendimento simultâneo por múltiplos fornecedores, reduzindo riscos de descontinuidade;
- Flexibilidade para atender demanda variável e individualizada;
- Maior acessibilidade e comodidade ao paciente, com liberdade de escolha dentro do rodízio operacional;
- Eficiência administrativa e controle da execução, com rastreabilidade das entregas.

Dessa forma, a solução proposta assegura o acesso oportuno, contínuo e de qualidade aos óculos de grau, promovendo a integralidade da assistência em saúde ocular, bem como a eficiência, economicidade e transparência na aplicação dos recursos públicos.

21- CICLO DE VIDA DO OBJETO

O ciclo de vida do objeto compreende o conjunto de etapas desde a identificação da necessidade até a finalização do uso dos óculos fornecidos, garantindo a rastreabilidade, qualidade e efetividade da solução contratada.

As fases do ciclo de vida estão descritas a seguir:

a) Identificação da Necessidade: O ciclo inicia-se com o atendimento do paciente na rede municipal de saúde e a identificação da necessidade de correção visual, por meio de avaliação realizada por profissional oftalmologista.

b) Prescrição Médica: Após o diagnóstico, é emitida a prescrição oftalmológica, contendo as especificações técnicas necessárias para a confecção das lentes corretivas.

c) Autorização para Fornecimento: A Secretaria Municipal de Saúde realiza a análise da prescrição e emite a autorização formal, vinculando o paciente ao sistema de controle e habilitando o fornecimento do objeto.

d) Distribuição da Demanda: As prescrições autorizadas são encaminhadas às empresas credenciadas por meio de sistema de rodízio, assegurando isonomia entre os prestadores e organização da execução.

e) Atendimento ao Paciente: A empresa credenciada entra em contato com o paciente, realiza o agendamento e procede ao atendimento, incluindo escolha da armação, conferência da prescrição e coleta de medidas.

f) Confecção e Montagem: As lentes são confeccionadas conforme a prescrição médica, sendo posteriormente realizadas a montagem e os ajustes dos óculos.



g) Entrega do Produto: Os óculos são entregues diretamente ao paciente no estabelecimento da credenciada, mediante assinatura de termo de recebimento, assegurando a rastreabilidade do fornecimento.

h) Garantia e Pós-Entrega: Durante o período de garantia, a empresa credenciada deverá realizar ajustes, correções ou substituições em caso de defeitos ou inadequações, sem ônus para o paciente ou para a Administração.

i) Atesto e Pagamento: A Secretaria Municipal de Saúde realiza o atesto da execução, mediante conferência da documentação e comprovação da entrega, procedendo ao pagamento conforme valores fixados.

j) Avaliação e Monitoramento: O ciclo se encerra com o acompanhamento da execução contratual, avaliação da qualidade dos serviços prestados e registro de eventuais ocorrências, visando o aperfeiçoamento contínuo da contratação.

22- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á por meio de credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de óculos de grau completos (lentes e armação), conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital, observando-se modelo operacional contínuo, descentralizado e controlado pela Secretaria Municipal de Saúde.

22.1. Forma de Execução

O fornecimento será realizado sob demanda, de acordo com as prescrições oftalmológicas emitidas na rede municipal de saúde, não havendo obrigação de consumo mínimo, sendo o pagamento condicionado à efetiva entrega dos produtos.

22.2. Sistema de Distribuição da Demanda

A distribuição da demanda entre as empresas credenciadas ocorrerá por meio de sistema de rodízio, de forma sequencial e equitativa, garantindo isonomia entre os prestadores e evitando concentração de atendimentos.

A Secretaria Municipal de Saúde será responsável por:

- Controlar o fluxo de encaminhamento das prescrições;
- Registrar a distribuição da demanda;
- Monitorar o cumprimento das obrigações pelas credenciadas.

22.3. Fluxo de Atendimento

A execução observará as seguintes etapas operacionais:

- Emissão de prescrição médica após consulta oftalmológica;
- Autorização formal da Secretaria de Saúde;
- Encaminhamento da prescrição à empresa credenciada, conforme rodízio;
- Contato com o paciente pela empresa, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis;
- Atendimento no estabelecimento da credenciada, incluindo escolha da armação e conferência da prescrição;
- Confecção, montagem e entrega dos óculos ao paciente;
- Assinatura de termo de recebimento;



- Atesto e pagamento pela Administração.

22.4. Prazos de Execução

- Prazo para contato com o paciente: até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da autorização;
- Prazo para entrega dos óculos: até 20 (vinte) dias úteis;
- Prazo para correção/substituição: até 10 (dez) dias úteis, quando necessário.

22.5. Local de Execução

O atendimento e a entrega dos óculos ocorrerão nas dependências das empresas credenciadas, devendo estas possuir estrutura adequada, acessível e regularizada para atendimento ao público.

22.6. Controle e Fiscalização

A execução será acompanhada pela Secretaria Municipal de Saúde, que realizará:

- Conferência das prescrições e autorizações;
- Verificação dos prazos e qualidade dos produtos;
- Controle das entregas e registros;
- Avaliação do desempenho das empresas credenciadas.

22.7. Condições de Pagamento

O pagamento será realizado por unidade efetivamente fornecida e atestada, conforme valores previamente fixados, mediante apresentação da documentação comprobatória, incluindo autorização, prescrição e termo de recebimento assinado pelo paciente.

23- RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação por meio de credenciamento para fornecimento de óculos de grau completos (lentes e armação) tem como objetivo alcançar resultados que garantam efetividade na assistência à saúde ocular, eficiência administrativa e qualidade no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os principais resultados pretendidos são:

a) Ampliação do acesso à correção visual: Assegurar que todos os pacientes com prescrição oftalmológica tenham acesso gratuito e oportuno aos óculos de grau, eliminando barreiras econômicas e promovendo equidade no atendimento.

b) Integralidade do cuidado em saúde ocular: Garantir a continuidade do tratamento iniciado nas consultas oftalmológicas, assegurando que a prescrição médica resulte efetivamente na correção visual adequada.

c) Redução de agravos e melhoria da qualidade de vida: Minimizar o agravamento de problemas visuais não corrigidos, contribuindo para o melhor desempenho escolar, laboral e social dos pacientes.



d) Celeridade e eficiência na execução: Reduzir o tempo entre a prescrição médica e a entrega dos óculos, proporcionando atendimento ágil e adequado às necessidades dos usuários.

e) Continuidade do serviço sem interrupções: Evitar desabastecimento e dependência de fornecedor único, garantindo atendimento contínuo por meio da participação de múltiplas empresas credenciadas.

f) Padronização e controle da qualidade: Assegurar que os produtos fornecidos atendam às especificações técnicas estabelecidas, com controle efetivo da execução e garantia de qualidade.

g) Eficiência na gestão dos recursos públicos: Promover economicidade, previsibilidade orçamentária e controle dos gastos, com pagamento vinculado à efetiva entrega dos produtos.

h) Transparência e rastreabilidade: Garantir o registro e acompanhamento de todas as etapas do processo, desde a autorização até a entrega, possibilitando fiscalização e prestação de contas.

Conclusão Geral da Descrição da Solução: Diante da análise técnica realizada, conclui-se que a contratação por meio de credenciamento de empresas especializadas no fornecimento de óculos de grau completos (lentes e armação) constitui a solução mais adequada, eficiente e vantajosa para atender à demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

O modelo proposto demonstra plena aderência à natureza do objeto, caracterizado por demanda contínua, variável e individualizada, possibilitando atendimento descentralizado, flexível e com ampla participação de fornecedores, sem prejuízo da padronização das condições contratuais e dos valores praticados.

A adoção do sistema de rodízio na distribuição da demanda assegura isonomia entre as empresas credenciadas, organização do fluxo operacional e maior controle da execução, ao mesmo tempo em que garante agilidade no atendimento ao paciente, com contato direto pelas óticas e entrega dentro de prazos definidos.

Adicionalmente, a solução promove continuidade do serviço, reduz riscos de desabastecimento, amplia o acesso da população aos serviços de correção visual e contribui para a efetividade da política pública de saúde ocular, garantindo que a prescrição médica resulte em benefício concreto ao usuário.

Sob o aspecto administrativo, o credenciamento proporciona eficiência, economicidade e simplificação dos processos, com pagamento vinculado à efetiva execução, além de possibilitar acompanhamento, fiscalização e rastreabilidade das entregas.

Dessa forma, a solução proposta atende plenamente aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos na legislação vigente, em especial na Lei nº 14.133/2021, apresentando-se como a alternativa mais viável para a Administração Pública.

24- ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde a contratação, por meio de credenciamento, de empresas interessadas na celebração de contrato de adesão para o fornecimento de óculos de grau completos, compreendendo pares de lentes e armação, para constar como anexo ao edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Mariana, 28 de Abril de 2025.

Kelem Cristina Ramos de Freitas

Coordenadora de Apoio Administrativo e Planejamento

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marilene Romão Gonçalves

Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (31)3557 9055

licitacaoprefeiturademariana@gmail.com

PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026

Anexo II – Modelo de declaração conjunta sobre atendimento às Condições de participação

Prezados senhores,

A empresa _____, inscrita no cnpj sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) sr. (a) _____ inscrito (a) no cpf sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei,:

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no edital, no termo de referência e em seus anexos.
- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que não se enquadra nas vedações previstas no §1º do art. 9º da lei federal 14.133/2021. Atenciosamente,

Local e data.

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa)



PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026

Anexo III – Modelo de declaração de enquadramento fiscal

Prezados senhores,

[nome da empresa], [qualificação: tipo de sociedade (ltda, s.a, etc.), endereço completo, inscrita no cnpj sob o nº [xxxx], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da carteira de identidade nº [xxxx], inscrito no CPF sob o nº [xxxx], declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e pelo artigo 4º da lei nº 14.133/2021.

Declaro não ter celebrado contratos com a administração pública no ano-calendário da presente licitação cujos valores somados ultrapassem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() MICROEMPRESA – receita bruta anual igual ou inferior a 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela LC 147/2014.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – receita bruta anual superior a 360.000,00 e igual ou inferior a 4.800.000,00 valores , estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art.

3º da lei complementar nº 123/06 alterada pela lc 147/2014.

Observações:

- Esta declaração deverá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

Atenciosamente,

Local e data.

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou pessoa física)



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CRENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026**

Anexo IV– Modelo de declaração conjunta de responsabilidade
--

1-Declaramos para os devidos fins de direito, que inexistente fato superveniente de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração pública.

2 - Declaramos haver tomado conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação

3- Declaramos, sob as penalidades da lei, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

4- Declaramos para fins de participação no certame em epigrafe, que atende à reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no inciso IV do art.63 da lei 14.133/2021

5- Declaramos sob as penas da lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, que os documentos enviados para este processo são autênticos e íntegros, condizentes com o documento original sob pena de falsidade ideológica.

..... de de 2026

.....

(carimbo e assinatura do representante legal da empresa ou pessoa física)
Carimbo de CNPJ ou nº CPF



PROCESSO LICITATÓRIO Nº.103/2026
INEXIGIBILIDADE Nº. 074/2026
CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº002/2026

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

PARTES:

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL MARIANA com sede na _____ nº _____
–Bairro _____, na cidade de Mariana MG, CEP 35420-0003 –, inscrita no CNPJ nº
_____, neste ato representado pelo seu _____, **senhor**
_____, portador do CPF nº. _____, doravante denominada
CONTRATANTE.

CONTRATADA: _____ com sede na _____ nº _____ –
Bairro _____ na cidade de _____, CEP _____ –, inscrita no CNPJ nº
_____, neste ato representada pelo seu _____, **senhor**
_____, portador do CPF nº. _____, **E-MAIL INSTITUCIONAL:**

_____, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si certo e ajustado a
contratação de prestação do(s) serviço(s), cujo(s) objeto(s) encontra(m)-se mencionado(s) na
Cláusula Primeira, tudo nos termos da **Inexigibilidade de Licitação nº. xx/2026 -**
Credenciamento nº. 0xx/2025, Processo Licitatório nº. 0xx/2025, regendo-se pelo disposto na
Lei nº14.133/2021 e pelas cláusulas e condições adiante enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

CLÁUSULA SEGUNDA: BASE LEGAL

O presente Contrato tem origem no Processo Licitatório nº. _____/2026- CREDENCIAMENTO
Nº. _____/2026- Inexigibilidade nº. _____/2026, fundamentada no art.79, da Lei nº14.133/2021 c/c
DECRETO MUNICIPAL nº 11.722/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos subsequentes ao fornecimento ou à
prestação do serviço, devidamente atestado por servidor responsável designado pela contratante,
mediante crédito em conta corrente da contratada, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura original.

3.1.1 Na Nota Fiscal/Fatura deverão constar as seguintes informações: nome do banco, número e
nome da agência e número da conta corrente da contratada.

3.1.2 Considera-se como data do pagamento o dia do efetivo depósito em conta, com a correspondente
emissão da ordem bancária.



3.1.3 Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará suspenso até que a contratada adote as medidas necessárias à regularização, não cabendo qualquer correção do valor pactuado.

3.1.4 Na hipótese de atraso no pagamento, desde que não se enquadre na situação prevista no item 3.1.3, incidirá juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 1.062 e 1.063 do Código Civil Brasileiro.

3.2 Será de responsabilidade do licitante o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na nota fiscal, os descontos poderão ser providenciados pela administração municipal.

3.3 Estarão incluídas no preço todas as despesas diretas e indiretas, tais como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais e quaisquer outras necessárias a plena execução deste contrato.

3.4 Não haverá pagamento antecipado para a prestação do serviço.

CLÁUSULA QUARTA-DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1 As especificações dos serviços a serem credenciados é ou são aquele(s) item(ns) em que a CONTRATADA se credenciou conforme planilha anexa a este termo:

NOME CREDENCIADO	DO	Nº ITEM/ CATEGORIA	VALOR UNITÁRIO

4.2 É mera a expectativa quanto as quantidades previstas no edital deste credenciamento que será distribuído de acordo com o número de credenciados e conforme as necessidades da unidade requisitante.

4.3 É permitida a exceção à regra do rodízio em situações excepcionais devidamente justificadas pelo Ordenador de Despesas da Secretaria requisitante, mediante despacho fundamentado nos autos do processo de contratação. A exceção deverá ser motivada por razões operacionais, de logística, emergência, indisponibilidade regional ou outro fator que, devidamente comprovado, torne inviável a aplicação da regra geral.

CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração, desde que em conformidade com o prazo e requisitos do artigo 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.2 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



5.3 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação

CLÁUSULA SEXTA- DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

6.1 A execução do objeto, deverão obedecer integralmente ao disposto no Termo de Referência, parte integrante do Edital e deste contrato, onde constam todas as especificações e responsabilidades aplicáveis às partes.

6.1.1 A execução do serviço deverá ser feito de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar e conforme a necessidade da(s) Secretaria(s) requisitante(s).

6.2 O presente credenciamento não implica obrigação de contratação pela Administração Pública, configurando mera expectativa quanto à demanda.

6.3 A distribuição será feita de forma sequencial entre os credenciados, respeitando a ordem da lista. Cada nova solicitação será direcionada à empresa imediatamente subsequente à que atendeu a última demanda, reiniciando o ciclo após o atendimento do último credenciado da lista.

6.3.1 A Secretaria requisitante deverá manter registro atualizado do histórico de atendimento por fornecedor, permitindo controle do rodízio e comprovação da observância da isonomia entre os credenciados.

6.3.2. O controle do rodízio será realizado por meio de planilha oficial, sistema eletrônico ou outro mecanismo que assegure a rastreabilidade e a transparência do processo.

6.3.3. É permitida a exceção à regra do rodízio em situações excepcionais devidamente justificadas pelo Ordenador de Despesas da Secretaria requisitante, mediante despacho fundamentado nos autos do processo de contratação. A exceção deverá ser motivada por razões operacionais, de logística, emergência, indisponibilidade regional ou outro fator que, devidamente comprovado, torne inviável a aplicação da regra geral.

6.4 A Credenciada deverá colocar à disposição do Contratante o número de funcionários e equipamentos necessários à plena execução dos serviços, a fim de que os mesmos sejam desenvolvidos de acordo com as condições ajustadas constantes no Termo de Referência e da Minuta do Contrato;

6.5 A Credenciada deverá prestar o serviço / fornecer os itens com a qualidade e dentro dos prazos exigidos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie;

6.6 A Credenciada deverá providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados;

6.7 A Credenciada deverá cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços;



6.8 A Credenciada deverá manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA SÉTIMA-OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

7.1 Constituem obrigações e responsabilidades do CONTRATANTE:

7.2 Efetuar os pagamentos nos prazos e condições estipuladas no presente Edital.

7.3 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa prestadora do serviço, de acordo com os termos de sua proposta;

7.4 Acompanhar e fiscalizar a entrega do objeto/prestação do serviço desta contratação, sob os aspectos quantitativos e qualitativos;

7.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA;

7.6 Controlar e documentar as ocorrências que porventura existirem no decorrer da entrega dos produtos/ da prestação do serviço.

7.7 Notificar a empresa fornecedora/ prestadora de serviços, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos produtos/na prestação do serviço, para que sejam adotadas as medidas cabíveis.

7.8 O CONTRATANTE não responderá por qualquer incidente, que envolva danos morais ou materiais, ocorrido em razão da entrega dos produtos/prestação de serviço, seja pelos profissionais em seja em razão de terceiros, cabendo a CONTRATADA tal responsabilidade, se for o caso.

7.9 Além das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência e seus anexos, independentemente da sua transcrição neste instrumento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 Constituem obrigações e responsabilidades da CONTRATADA:

8.2 A execução do serviço deverá ser feita de acordo com as quantidades, características, especificações, condições estabelecidas no Termo de Referência e conforme a necessidade da Secretaria solicitante.

8.3 Cumprir integralmente o objeto do presente Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Edital e seus anexos.

8.4 Executar o objeto com as disposições do Edital, Termo de Referência e demais anexos.



8.5 Colocar à disposição do Contratante o número de funcionários e equipamentos necessários à plena execução dos serviços aludidos, a fim de que os mesmos sejam desenvolvidos de acordo com as condições ajustadas constantes no edital, Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e demais anexos.

8.6 Fornecer os itens e ou prestar serviço com a qualidade e dentro dos prazos exigidos, responsabilizando-se pelo cumprimento de toda legislação e normativa aplicável à espécie.

8.7 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante quanto à execução dos serviços contratados.

8.8 Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução dos serviços.

8.9 Manter, durante toda a execução da relação contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.10 Os demais direitos e obrigações das partes será objeto de Contrato de prestação de serviço, na forma desta minuta.

8.11 As obrigações acima dispostas, não afastam as obrigações previstas no edital , Termo de Referência e demais anexos .

CLÁUSULA NONA- DOS ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

9.1 Todos os encargos sociais e trabalhistas, resultantes do presente contrato, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA. Assim, a CONTRATADA reconhece, desde já, que os débitos trabalhistas e sociais advindos do presente instrumento serão arcados, única e exclusivamente, pela mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS TRIBUTOS

10.1 O valor deste Contrato engloba todo e qualquer tributo, sendo que a retenção e pagamento de quaisquer impostos e/ou taxas ficarão a cargo e sob responsabilidade do CONTRATANTE, sempre que as disposições legais pertinentes assim o exigirem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão, por contada Dotação Orçamentária N°. **Ficha funcional n°:**, _____,

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA FISCALIZAÇÃO

12.1- O presente contrato será acompanhado por servidor designado que ficará responsável por fiscalizar a execução do mesmo, verificando a procedência do serviço prestado, registrando todas as ocorrências e deficiências verificadas em relatório, devendo manter contatos com o Contratado para a solução dos problemas detectados, bem como acompanhar a vigência do mesmo.



- a) As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de Mariana, em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto do contrato.
- b) A Contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência deste contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização/gestor por terceiros indicados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DO REAJUSTE

13.1 Por força das leis federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, e nos termos do § 3º do artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como do Acórdão TCU nº 1587/2023 – Plenário, o valor registrado será reajustado desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou do último reajuste, tendo como base a variação de índice oficial.

13.2 Decorrido o prazo acima estipulado, o índice a ser utilizado será o IPCA ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental.

13.3 A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do IPCA ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

13.4 O Reajuste somente será aplicado a pedido do interessado mediante requerimento protocolado ao Departamento de documentação e arquivo, sendo o mesmo destinado ao responsável pela gestão do contrato.

CLAUSULA DECIMA QUINTA- DO REEQUILIBRIO

15.1- Para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, a credenciada deverá apresentar documentos fiscais somados a outros que julgar pertinentes e que comprovem a elevação dos preços de forma imprevisível e inesperada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES

16.1 Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE, a seu critério, garantida a prévia defesa, aplicará à CONTRATADA as seguintes sanções, respeitando-se também o disposto na Lei Federal nº 14.133/21;

16.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADO (A) sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

16.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.



16.1.3. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 115 da Lei Federal 14.133/21 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.1.3.1 Advertência;

16.1.3.2. Multa, conforme os percentuais definidos a seguir:

- a) 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;
- b) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual;
- c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidência de descumprimento de obrigação contratual;
- d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;
- e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato.

16.1.3.3. - 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos serviços;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

16.2 - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

16.4. O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Mariana/MG.



16.5 As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato;

16.6 A aplicação das sanções pecuniárias estabelecidas nos itens anteriores não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiros e nem aos ditames penais previstos na Lei 14.133/21, em decorrência da imperfeita execução do serviço contratado.

16.7. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4º da Lei nº 14.133/21.

16.8. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

16.9. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA- DO DESCREDECIMENTO E RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo, seja amigavelmente, judicialmente ou através de ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos termos do art. 104 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21, e do Decreto Municipal 11.722/2024 assegurado o contraditório e ampla defesa.

17.1 A Administração poderá realizar o descredenciamento quando houver:

- a) pedido formalizado pelo credenciado
- b) perda das condições de habilitação do credenciado
- c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado
- d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento

17.1.2 O pedido de descredenciamento de que trata a alínea a) do item 17.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

17.1.3 Nas hipóteses previstas nas alíneas b) e c) do item 17.1, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidades, na forma estabelecida na lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DOS PRIVILÉGIOS DO CONTRATANTE

A CONTRATADA reconhece que o CONTRATANTE é agente de interesse público, motivo pelo qual admite que quaisquer dúvidas na interpretação deste Contrato sejam dirimidas em favor do mesmo.



Cláusula DÉCIMA NONA – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

19.1. A detentora obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento.

19.2. A detentora obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

19.3. A detentora deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

19.4. A detentora não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento.

19.5. A detentora não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita do município de mariana mg, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

19.5.1. A detentora obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento.

19.6. A detentora fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão da presente ata, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

19.7. À detentora não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

19.8. A detentora deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

19.9. A detentora deverá notificar, imediatamente, a contratante no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.9.1. A notificação não eximirá a detentora das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

19.10. A detentora que descumprir os termos da lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO (31)3557 9055

licitacaoprefeiturademariana@gmail.com



presente instrumento, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

19.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a detentora e o município de Mariana MG, bem como, entre a detentora e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

19.11.1. A detentora ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com o município de Mariana MG para os assuntos pertinentes à aplicação da lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência da presente ata.

19.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a detentora a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA VIGESIMA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 Integram o presente contrato, para todos os fins de direito, o Edital de Licitação que lhe deu origem e respectivos anexos, especificados no preâmbulo deste, cujas cláusulas e condições são interdependentes e complementares entre si.

20.2 Os casos omissos no presente instrumento serão resolvidos de conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA –DO FORO

21.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Mariana MG, para a composição de qualquer lide resultante deste Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim, acordados e contratados, assinam o presente instrumento em 2(duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas signatárias.

Mariana, _____ de _____ 2026

Secretário Municipal

Fornecedor

Testemunhas:

Nome:
Cpf:

nome:
cpf: